



Faculdade Anísio Teixeira de Feira de Santana

Autorizada pela Portaria Ministerial nº 552 de 22 de março de 2001 e publicada no Diário Oficial da União de 26 de março de 2001.
Endereço: Rua Juracy Magalhães, 222 – Ponto Central - CEP 44.032-620
Telefax: (75) 3616-9466 - Feira de Santana-Bahia
Site: www.fat.edu.br E-mail: fat@fat.edu.br
CGC: 01.149.432/0001-21

PROGRAMA DE DISCIPLINA

CURSO	ANO / SEMESTRE LETIVO
Direito	2015.2
CÓDIGO	DISCIPLINA
DIR223	Direito Administrativo I
CARGA HORÁRIA	SEMESTRE DE OFERTA
72h	5º

EMENTA

Administração Pública. Direito Administrativo. Organização Administrativa. Atividade Administrativa. Atividades e funções do Estado. O Direito Administrativo: sua posição, fontes, histórico e conceitos; sua codificação. A administração Pública: Direta e Indireta. Regime Jurídico Administrativo. Ato Administrativo. Princípios Constitucionais de atuação da Administração Pública. Poderes Administrativos. Sistema de Controle Jurisdicional da Administração Pública. Intervenção do Estado na Propriedade Privada e no Domínio Econômico. Desapropriação. Agências Estatais. Serviços Públicos. Desenvolvimento da prestação de Serviços Públicos por particulares. Agências Reguladoras – Conceito, Formação, Controle, Papel Principal das Agências Reguladoras. Concessionárias e Permissionárias do Serviço Público.

OBJETIVOS

Demonstrar uma visão jurídica genérica do Estado Brasileiro, a partir dos conhecimentos na disciplina “Ciência Política e Teoria Geral do Estado”, de modo a se fazer compreender a importância da Administração Pública e dos princípios que a orientam. Analisar a organização administrativa brasileira no mundo globalizado, destacando os poderes e deveres administrativos. Explicitar os conhecimentos básicos do sistema de controle dos atos da Administração Pública e o seu universo contratual por meio do estudo dos atos administrativos e das peculiaridades do serviço público no sistema administrativo brasileiro, debatendo o modelo de supremacia do interesse público. Tudo no âmbito da concepção de

PERFIL DO EGRESSO

O curso de Administração da FAT objetiva a formação de um profissional generalista-humanista capaz de empreender transformações com competência técnico-científica, com espírito crítico, lógico e analítico; com atitudes e habilidades centradas em aspectos como: flexibilidade; capacidade de trabalhar em equipe, norteado pelo princípio da alteridade; responsabilidade ética; visão sistêmica e multidisciplinar; adaptabilidade; capacidade analítica para implementar ações inovadoras e criativas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Unidade I – INTRODUÇÃO AO DIREITO ADMINISTRATIVO

1. Origem, objeto e conceito do Direito Administrativo
2. Estado, Governo e Administração Pública
3. Sistemas administrativos: contencioso e judicial.
4. Regime jurídico-administrativo

Unidade II – PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

1. Princípios explícitos: 1) legalidade, 2) impessoalidade, 3) moralidade, 4) publicidade, 5) eficiência
2. Princípios implícitos: 6) Supremacia do Interesse público;7) Indisponibilidade do interesse público;8) Finalidade pública; 9) Presunção de legalidade; 10) da Autotutela 11) Devido processo Legal;12) Razoabilidade e/ou proporcionalidade; 13) Motivação; 14) Obrigatoriedade do desempenho da atividade administrativa; 15) Continuidade do serviços públicos; 16) Igualdade entre os administrativos; 17) Segurança Jurídica 18) Responsabilidade do Estado 19) Hierarquia

Unidade III – PODERES E DEVERES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

1. Classificação Poder vinculado e poder discricionário.
2. Poder hierárquico. A edição de atos normativos menores. O poder de direção. O controle da atividade administrativa (revisão de decisões, delegação e avocação de poderes, fiscalização, punição). Poder disciplinar. Poder regulamentar ou normativo
3. Poder de Polícia
4. Uso e abuso de Poder. Uso do Poder. Poder-Dever de Agir. Abuso de Poder

Unidade IV – **ESTRUTURA DA ADMINISTRATIVA BRASILEIRA**

1. Agentes públicos: conceito. Classificação
2. Órgãos públicos: conceito Administração e governo
3. Administração direta e indireta
4. Administração centralizada, desconcentrada e descentralizada
5. Autarquias. Empresas públicas. Sociedade de economia mista. Fundações Públicas. Agências reguladoras e agências executivas, entes de cooperação.

Unidade V – **INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE**

1. Limitação administrativa
2. Ocupação temporária
3. Requisição administrativa
4. Tombamento
5. Servidão administrativa
6. Desapropriação
7. Os instrumentos do Estatuto das Cidades

Unidade VI – **ATOS ADMINISTRATIVOS**

1. Conceito. Ato administrativo e ato da administração. Visão objetiva (funcional ou material) e visão subjetiva (orgânica e formal)
2. Atributos e elementos
3. Atos discricionários e atos vinculados. Diferenças. Características. Legalidade e mérito dos atos administrativos. Limites da discricionariedade.
4. Atos administrativos em espécies (Decretos, Resoluções, Instruções, Circulares, Portarias, Ordens de Serviço, Provimentos, Avisos, Alvarás, Ofícios, Pareceres, Certidões, Atestados, Declarações, Despachos, Licença, Permissão, Autorização, Admissão, Aprovação, Homologação e Visto)
5. Extinção dos atos administrativos
6. Vícios dos atos administrativos
7. Nulidade absoluta e nulidade relativa dos atos administrativos. Convalidação. Revogação

Unidade VII – **INTERVENÇÃO DO ESTADO NO DOMÍNIO ECONÔMICO**

1. Natureza, fundamento jurídico, a ordem econômica e a intervenção do Estado na

economia (CRFB/88).

2. Mecanismos. Monopólio. Repressão ao abuso do poder econômico. O Sistema Brasileiro de defesa da Concorrência.

METODOLOGIA

A disciplina será desenvolvida por meio de aulas expositivas complementadas com debates. Os alunos deverão ler os capítulos sugeridos e eventuais leituras complementares previamente à aula para discuti-los no dia acordado, bem como para facilitar o acompanhamento das aulas expositivas. Serão realizados, ainda, estudos dirigidos com produção de pequenos textos, com o objetivo de levá-los a exercitar a lógica, a crítica, e a compreensão.

Será também realizado um seminário cuja temática será escolhida pelo professor dentre as unidades da disciplina, a partir de critérios objetivos de escolha do tema, execução e avaliação.

RECURSOS

Utilização do quadro negro pelo professor e outros recursos de multimídia eventualmente utilizados pelos alunos quando da apresentação do seminário.

AVALIAÇÃO

A avaliação do desempenho acadêmico será desenvolvida através das seguintes atividades:

I Unidade – atividade avaliativa e prova subjetiva

II Unidade – atividade avaliativa e prova objetiva

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**. Rio de Janeiro; Lumen Juris.

CUNHA JÚNIOR, Dirleyda. **Curso de Direito Administrativo**. Salvador: Edições Jus Podivm.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. São Paulo: Atlas.

MEIRELLES, Hely Lopes, **Direito Administrativo Brasileiro**. São Paulo: Malheiros.

MELLO, Celso Antônio Bandeira. **Curso de Direito Administrativo**. São Paulo: Malheiros.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- ALEXANDRINO, Marcelo e Vicente Paulo. **Direito Administrativo Descomplicado**. Editora Impetus. Rio de Janeiro.
- BARROS, Wellington Pacheco, **Licitações e Contratos Administrativos**. São Paulo, Editora Atlas
- FIGUEIREDO, Lucia Valle. **Curso de Direito Administrativo**. São Paulo Malheiros
- GASPARINI, Diogenes. **Direito Administrativo**. São Paulo: Saraiva.
- GRAU, Eros Roberto. **A ordem Econômica na Constituição de 1988**. São Paulo: **Malheiros Editores**.
- JUSTEN FILHO, Marçal. **Curso de Direito Administrativo**. Belo Horizonte: Editora Fórum,.
- MOARES, Alexandre, **Direito Constitucional Administrativo** –. São Paulo: Atlas.
- MOREIRANeto e Diogo Figueiredo. **Curso de Direito Administrativo**, parte geral e parte especial. Ed Forense Rio de Janeiro.
- RONZANI, Dwight Cerqueira. **Direito Administrativo concreto**. Rio de Janeiro: Impetus.

COLEGIADO DO CURSO DE DIREITO